

ORALIDADE COMO FORMA DE TRANSMISSÃO E PRESERVAÇÃO DA CULTURA E SABERES DOS POVOS TRADICIONAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA ANGICO

Roseane Gico Beserra Almeida¹
Fabrício dos Santos Leite²
Maria do Socorro Oliveira de Alencar³
Ciro Linhares de Azevedo⁴

RESUMO

Os ensinamentos e conhecimentos ancestrais passados de geração em geração, vêm se perdendo com o passar dos anos. Dar continuidade aos saberes dos povos tradicionais através da oralidade, envolvendo pessoas mais velhas da comunidade é de suma importância para não se perder no tempo e manter viva a cultura desse povo. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é fazer o resgate dos saberes ancestrais dos mais velhos da comunidade Quilombola do Angico, localizada no município de Bom Conselho em Pernambuco, como processo de autorreconhecimento, valorização e fortalecimento da identidade quilombola. Como objetivos específicos pretende-se: resgatar conhecimentos ancestrais presentes na culinária, nas plantas medicinais e na contação de histórias, como mitos, lendas do seu quilombo passados de geração para geração. Quanto a metodologia, convidar pessoas mais velhas da comunidade para participar de projetos e planos de aulas, a serem desenvolvidos na comunidade escolar ou no território da comunidade local, para repassar seus conhecimentos através de rodas de diálogos, debates, palestras e entrevistas. Produzir atividades de apoio pedagógico voltadas para uma prática diferenciada, com especificidades quilombolas, construídas a partir da vivência e participação das pessoas da comunidade, para apresentar aos professores do Ensino Fundamental Anos Iniciais, que lecionam na escola Doralice Rodrigues da Silva, na comunidade quilombola Angico. Como subsídio teórico, utilizou-se os saberes tradicionais das pessoas mais antigas da comunidade, conhecidas como sábias e sábios. Este trabalho tem uma relação com a minha prática pedagógica, como professora que reside e leciona no território quilombola e como estudante do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Intercultural Indígena-Quilombola Antirracista. Como resultado, verificou-se que a partir da execução do projeto a comunidade escolar, gestão e docentes, passaram a valorizar os conhecimentos e saberes ancestrais, incorporando em seus planejamentos e práticas pedagógicas os saberes orais do nosso povo.

Palavras-chave: Oralidade, Saberes tradicionais, Valorização, Identidade.

INTRODUÇÃO

¹ Graduada em Letras da Universidade de Pernambuco UPE- Garanhuns – PE. Graduanda do Curso de Pedagogia do Centro Universitário FAVENI – SP. roseanegicoalmeida@gmail.com.

² Graduando do Curso de Pedagogia do Centro Universitário FAVENI – SP. Graduando do Curso de Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas IFAL – AL. fabriciodoangico@gmail.com.

³ Graduada em Letras da Universidade de Pernambuco UPE- Garanhuns – PE. socalencar@hotmail.com.

⁴ Professor orientador: mestre em história, Instituto Federal de Pernambuco - IFPE, Campus Garanhuns, ciro.azevedo@garanhuns.ifpe.edu.br.

Iniciamos esta discussão utilizando como aporte a obra *História e Memória* (2003) de Jacques Le Goff, pois o autor preocupou-se em situar as principais transformações sofridas pela memória, a partir do estudo das sociedades essencialmente orais. Para ele, a memória teria um papel crucial nas sociedades, em função de sua propriedade de conservação de informações do passado, possibilitando, assim, abordar os problemas referentes ao tempo e à história.

Ainda, para esse autor, na história da humanidade, a memória teria essencialmente quatro fases: a memória oral utilizada pelos grupos que não dominavam a escrita; o segundo momento teria ocorrido na Idade Média, sendo uma fase intermediária marcada pela convivência entre a memória oral e a memória escrita; a terceira fase ocorreu na Idade Moderna, contemplando processos que consolidaram a memória escrita por meio da imprensa e da alfabetização; e, por fim, teríamos o período chamado de “memória em expansão”, quem diversos mecanismos passaram a ser utilizados para perpetuar a memória, como os monumentos, as comemorações, os arquivos e entre outros (Le Goff, 2003).

Nas sociedades essencialmente orais, existiam “especialistas da memória” ou “homens-memória”, tidos como a “memória” daquela sociedade, pois eram eles que guardavam os códigos reais, as histórias da corte, os mitos, etc. Segundo Lowenthal (1998, p. 75):

Toda consciência do passado está fundada na memória. Através das lembranças recuperamos consciência dos acontecimentos anteriores, distinguimos ontem de hoje, e confirmamos que já vivemos um passado.

Em conformidade, Pinto (1998, p. 307) afirma que “a memória é esse lugar de refúgio meio história, meio ficção, universo marginal que permite a manifestação continuamente atualizada no passado”. Na verdade, imbuída de vastas possibilidades, a memória torna-se infinitamente rica em suas manifestações, que podem ser voluntárias, induzidas ou involuntárias (Delgado, 2010).

Maurice Halbwachs, em sua obra *A memória coletiva* (2004), analisou o papel da memória coletiva e as vinculações possíveis entre memória e espaço, a constituição das lembranças e a oposição da memória com a história. De acordo com o autor, se, em um primeiro momento, a memória coletiva aparece em oposição à memória individual, podemos perceber que elas irão interagir e se complementar (Halbwachs, 2004).

Nas palavras de Halbwachs (2004, p. 30), nossas lembranças permanecem coletivas, “e elas nos são lembranças pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos

que só nós tivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos”. Assim, a memória coletiva se desenvolve a partir de laços inscritos no interior de um grupo e por meio da interação indivíduo-grupo, ela se acresce, unifica, diferencia e corrige (Halbwachs, 2004).

Compreender o papel da memória dentro das diversas sociedades, aqui, neste texto especificamente às comunidades quilombolas como exemplo, permite indagar sobre o momento em que ela deixou de ser individual para tornar-se coletiva. A memória torna-se coletiva quando os sujeitos, individualmente, passam a compreender determinados fatos e acontecimentos como a única versão possível desses momentos.

Em outras palavras, na medida em que essa versão passa a ser disseminada e se consolida no imaginário social, ela torna-se coletiva. É por meio desse mecanismo de disseminação que ocorre a vinculação entre as memórias individual e coletiva. Assim, a memória é base construtora de identidades e solidificadora de consciências individuais e coletivas.

Vale ressaltar que também é um elemento constitutivo do autorreconhecimento como pessoa e/ou como membro de uma comunidade. Conforme afirma Delgado (2010, p. 38) “a memória é inseparável da vivência da temporalidade, do fluir do tempo e do entrecruzamento de tempos múltiplos. A memória atualiza o tempo passado, tornando-o tempo vivo e pleno de significados no presente”.

METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO

As narrativas refletem a memória que temos de espaços e eventos, ainda que estes já não existam mais na forma como o guardamos em nossa memória. Isso é o que explica, por exemplo, o fato de determinados espaços e acontecimentos permanecerem inalterados em lembranças pessoais, ainda que, muitas vezes, já não existam mais na forma como ficaram guardadas na lembrança.

Sendo assim, no trabalho com a memória, a fonte oral tem sido primordial pela articulação que possibilita entre a História e o cotidiano. Para Thompson (2003), o sucesso da história oral justificou-se por ela ter se apresentado como um instrumento de transformação do conteúdo e da finalidade da História. Ela revelou novos campos de pesquisa que passaram a considerar como matéria-prima de trabalho as experiências de vida de pessoas e grupos.

Compactuamos com Meihy e Holanda (2014) quando os autores afirmam que por meio da história oral, por exemplo, movimentos de minorias culturais e discriminadas

(mulheres, indígenas, homossexuais, negros, imigrantes, exilados, etc.), têm encontrado espaço para validar suas experiências, dando sentido social aos lances vividos sob diferentes circunstâncias.

Dizemos isso pela nossa própria experiência em campo de pesquisa, porque uma questão bastante relevante para quem se propõe a entender o papel da história oral diz respeito ao seu impacto nos narradores e em suas comunidades quilombolas. O que se chama de “grupal”, “cultural”, “social” ou “coletivo” em história oral é o resultado de experiências que vinculam umas pessoas às outras, segundo pressupostos articuladores de construção de identidades decorrentes de suas memórias expressadas em termos comunitários.

Dito isso, o passado espelhado no presente, reproduz, através de narrativas, a dinâmica da vida pessoal em conexão com processos coletivos. A reconstituição dessa dinâmica da vida, como aponta Delgado (2010, p. 16), “pelo processo de recordação, que inclui, ênfases, lapsos, esquecimentos, omissões, contribui para a reconstituição do que passou segundo o olhar de cada depoente”.

O relato oral de grupos pouco estudados tornou-se relevante por abrir frentes de pesquisa a partir do desenvolvimento de estudos sobre famílias, movimento operário, movimento sindical e sobre histórias de comunidades quilombolas, que por muito tempo estiveram às margens da sociedade.

Sendo assim, aqui compartilhamos com vocês, leitores, que o ponto de partida das entrevistas em história oral implica aceitar que os procedimentos são feitos no presente, com gravações, e envolvem expressões orais emitidas com intenção de articular ideias orientadas a registrar ou explicar aspectos de interesses planejados em projetos.

Conforme afirma Meihy e Holanda (2014, p. 14), entrevista em história oral “é a manifestação do que se convencionou chamar de documentação oral, ou seja, suporte material derivado de linguagem verbal expressa para esse fim”. Em outras palavras, a documentação oral quando apreendida por meio de gravações eletrônicas feitas com o propósito de registro, torna-se fonte oral.

Portanto, de acordo com Delgado (2010, p. 18)

[...] a história oral é um procedimento integrado a uma metodologia que privilegia a realização de entrevistas e depoimentos com pessoas que participaram de processos históricos ou testemunharam acontecimentos no âmbito da vida privada ou coletiva. Objetiva a construção de fontes ou documentos que subsidiam pesquisas e/ou formam acervos de centros de documentação e de pesquisa. Não é a História em si mesma,

mas um dos possíveis registros sobre o que passou e sobre o que ficou como herança ou como memória.

Na verdade, os depoimentos recolhidos através do procedimento de constituição de fontes orais traduzem visões particulares de processos coletivos. Para Thompson (2003), a singularidade é profunda lição da história oral e de cada história de vida. Em conformidade, Delgado (2010) também considera que a história oral, ao dedicar-se a recolher depoimentos pessoais, que se referem a processos históricos e sociais, apresenta inúmeras potencialidades metodológicas e cognitivas.

De acordo com a nossa experiência, aqui queremos compartilhar em tópicos alguns pontos importantes que nos serviram como subsídios para fortalecer o aporte teórico da importância da história oral:

- revelar novos campos e temas para pesquisa;
- recuperar memórias locais, comunitárias, regionais, étnicas, de gênero, de minorias, entre outras, sob óticas e versões diferentes;
- recuperar informações sobre acontecimentos e processos que não se encontram registrados em outros tipos de documentos, ou mesmo que, estando registrados, não estão disponíveis para a comunidade de pesquisadores por diferentes razões;
- contemplar o registro de visões de personagens ou testemunhas da história, nem sempre considerados pela denominada história oficial;
- possibilitar o registro de versões alternativas às da história predominante;
- apresentar-se como alternativa ao caráter estático do documento escrito, que permanece o mesmo através do tempo.

Posto isso, dialogamos com a obra *História Oral: como fazer, como pensar* (2014), de autoria de José Carlos Sebe Meihy e Fabíola Holanda, que nos serviu como principal embasamento teórico e, diante a análise do livro, descrevemos reflexões e métodos para ajudar os leitores dentro do campo da história oral.

Por conseguinte, as gravações devem ser planejadas e os papeis – quem entrevista e quem é entrevistado – devem ser acertados previamente, de maneira a evitarem surpresas. A explicação do projeto, do porquê a pessoa é convidada para compor o conjunto de pessoas entrevistadas, bem como os destinos das gravações, precisam ser apresentados antes do começo da operação.

Atentem-se quanto ao local de realização da entrevista, pois deve ser acertado antes, mas a preferência da escolha é sempre prerrogativa do entrevistado. Há projetos em que

espaços definidos são indicados e, nessas situações, os acordos mútuos devem ser resolvidos com antecedência.

Outro fator muito importante é sempre prever o tempo de gravação a ser dedicado aos encontros. Todo projeto deve propor um tempo de duração comum a todos os segmentos entrevistados, ainda que dificilmente isso seja obedecido. A precisão do tempo da entrevista visa tanto à disponibilidade do entrevistado como do entrevistador. Preferencialmente, os devem permitir privacidade e boas soluções de gravação.

Entrevistas e gravações realizadas, o processo de passagem do oral para o escrito é bastante complexo e demanda tempo. É necessário esclarecer que resultado demorará e que há etapas até chegar a uma solução final.

Frisamos que os cuidados éticos são fundamentais em história oral. Como garantia, é prudente deixar claro que nada será divulgado sem a prévia autorização do entrevistado. Por isso, que todo texto, para ser autorizado, deve ser acompanhado de uma carta de cessão com especificações sobre o uso pleno ou relativo. Assim, é bom esclarecer aos entrevistados que as gravações deverão compor um determinado acervo e que seu uso não se esgota no aproveitamento de um projeto.

Como o nosso campo de pesquisa foi uma comunidade quilombola, cabe a nós, pesquisadores, sempre que possível, publicar os resultados, que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas. O compromisso com a “devolução” dos resultados do projeto é condição básica para se justificar um projeto de história oral.

De acordo com Meihy e Holanda (2014) a condição “para quem” deve ficar explicada, pois os projetos que se valem de entrevistas cumprem sempre um papel social. Seja para instruir teses, dissertações, compor acervos ou funcionar como alerta temático, os textos estabelecidos, em primeiro lugar, devem ser devolvidos aos protagonistas geradores e, conforme o caso, à comunidade que os provocou.

Vale ressaltar que, a realização de entrevistas de história oral pressupõe algumas qualidades que todo o profissional que se propõe a trabalhar com a metodologia deve cultivar. De acordo com Delgado (2010), em primeiro lugar, o bom entrevistador deve ser hábil tanto no primeiro momento de contato com seus entrevistados como no decorrer das entrevistas e depoimentos, buscando respeitar ao máximo as idiosincrasias e características da personalidade de cada depoente, além de considerar suas limitações estruturais, por exemplo: dificuldades em abordar determinados temas, idade, origem social.

A pesquisadora ainda alerta que, além do que foi exposto, deve respeitar também limitações conjunturais, como enfermidades, indisposições, dificuldades de mobilidade, compromissos profissionais, entre outras. Conforme aponta Alberti (2004), no decorrer da entrevista, deve o entrevistador manter-se neutro, evitando demonstrar espanto, discordâncias, concordâncias. Acoplada à naturalidade, deve também cultivar a flexibilidade, procurando manter-se disponível para rever roteiros, acrescentar questões e evitar assuntos, quando a dinâmica das entrevistas assim o indicar.

Ao se materializar em documento escrito, porém, a história oral ganha objetividade de qualquer outro documento grafado ou de análise historiográfica, porém deve ser interpretada sob o crivo da subjetividade que a produziu. Nesse sentido, a história oral é sempre social. Social, sobretudo “porque o indivíduo só se explica na vida comunitária. Daí a necessidade de definição dos ajustes identitários culturais” (Meihy; Holanda, 2014, p. 28).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A identidade é construída a partir do reconhecimento de alguma origem em comum, ou de características que são partilhadas com o grupo, ou ainda a partir de um mesmo ideal. A partir desse fundamento é que ocorre o natural fechamento que forma a base da solidariedade e da fidelidade do grupo em questão. Discutir o conceito de identidade negra no quilombo Angico, aqui desenvolvido não é, portanto, um conceito essencialista, mas um conceito estratégico e posicional.

Isto é, de forma diretamente contrária àquilo que parece ser sua carreira semântica oficial, esta concepção de identidade não assinala aquele núcleo estável do eu que passa, do início ao fim, sem qualquer mudança, por todas as vicissitudes da história. Esta concepção não tem como referência aquele segmento do eu que permanece, sempre e já, “o mesmo”, idêntico a si mesmo ao longo do tempo. Ela tampouco se refere, se pensamos agora na questão da identidade cultural, àquele eu coletivo verdadeiro que se esconde dentro de muitos outros eus – mais superficiais ou mais artificialmente impostos – que um povo, com uma história e uma ancestralidade partilhadas mantém em comum. Ou seja, um eu coletivo capaz de estabilizar, fixar ou garantir o pertencimento cultural ou uma “unidade” imutável que se sobrepõe a todas as outras diferenças – supostamente superficiais. [...] As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (Hall, 2014, p. 108).

As identidades estabelecem uma conexão entre o presente na comunidade e da origem de um passado histórico em comum com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Isso ficou evidente durante nossas entrevistas e nas relações sociais cotidianas da comunidade. Em contrapartida, a autoatribuição em se dizer quilombola, nos pareceu serem atribuídas e construídas por mediadores, pois as respostas adquiridas, quando questionamos “*o que é quilombo?*”, eram quase as mesmas, uma repetição do conceito e alguns não sabiam responder.

O resultado das nossas entrevistas evidencia uma construção identitária recente sobre ser quilombola. Esse discurso é novo na comunidade, ganhando força a partir da certificação. Mesmo assim, existe uma consciência e um conhecimento sobre sua origem histórica, fato comprovado na fala dos moradores que é justificada por uma ancestralidade comum: descendentes de escravizados. A mediação se torna perceptível porque os entrevistados tomam como referência a titulação. Em outras palavras, eles sabem que são quilombolas desde que nasceram, mas só se sentiram quilombolas depois de um documento oficial.

Com base nos testemunhos orais do grupo construímos essa análise sobre a identidade negra em Angico e como eles atualizaram esse conceito. A revalorização da cor passou a ser o símbolo da luta e tem evocado uma nova percepção sobre eles mesmo e nos processos identitários. Hoje, após a certificação, a comunidade começou a se politizar e a buscar melhorias para quilombo.

A identidade negra no quilombo Angico de hoje, como foi discutida no ponto anterior, se tornou essa realidade da qual se fala tanto, mas sem definir no fundo o que ela é ou em que ela consiste. A identidade objetiva apresentada através das características culturais, linguísticas é confundida com a identidade subjetiva, que é a maneira como o próprio grupo se define ou é definido pela sociedade.

Tomar consciência histórica da resistência cultural e da importância de sua participação na cultura brasileira atual é o que importa e deveria fazer parte do processo de busca da identidade negra por parte da elite politizada. Mas basear busca e construção de sua identidade na “atualmente” dita cultura negra é problemático, pois em nível vivido outros segmentos da população brasileira poderiam lançar mão da mesma cultura e nem todos os negros que no plano da retórica “cantam” a cultura negra a vivem exclusiva e separadamente dentro do contexto brasileiro, assim como não existem brancos vivendo exclusiva e separadamente a cultura dita branca (Munanga, 2012, p. 17).

Essa breve discussão evidencia não só os conceitos e a ressemantização do termo quilombo dentro da comunidade através das lutas e conquistas históricas. Mas de um povo que há muito estiveram excluídos das políticas públicas. Angico, como comunidade remanescente de quilombo, permanece nas mesmas terras de origem ganhando visibilidade não apenas como terra de descendentes de escravizados, mas principalmente como protagonistas da sua própria história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a metodologia da história oral, que tem na memória e nos relatos de depoentes sua principal fonte de informação, deve cercar-se de cuidados especiais. Dialogar com outras ciências, como, por exemplo, a Antropologia e Sociologia, para tornar mais consistente a produção do documento oral.

Ademais, a questão do compromisso é fundamental na teia de relacionamento da história oral. É relevante lembrar que compromisso não quer dizer cumplicidade ou afinidade absoluta. É importante ter em mente que muitos projetos, para serem mais completos, exigem que sejam integradas no conjunto das entrevistas pessoas que se colocam em linhas ideológicas, pessoais, posições diferentes dos diretores dos entrevistadores.

Isso, em vez de significar motivo de contraste, deve ser visto como fator de enriquecimento do projeto, posto ser uma forma de completar visões de fenômenos, como por exemplo, a história regional de comunidades quilombolas, posto ser uma forma de completar visões de enriquecimento que ficariam comprometidos sem o “outro lado”. Dizemos isso porque tem sido comum se fazer história oral com setores com os quais os pesquisadores se comparam ou afinam, é importante lembrar da necessidade de também se ouvir outras partes e integrá-las no projeto.

Dessa forma, a história oral é uma prática de apreensão de narrativas feita através do uso de meios eletrônicos e destinada a: recolher testemunhos, promover análises de processos sociais do presente, e facilitar o conhecimento do meio imediato. Em outras palavras, é uma alternativa para estudar a sociedade por meio de uma documentação feita com o uso de entrevistas gravadas em aparelhos eletrônicos e transformada em textos escritos.

Por fim, a identidade está diretamente vinculada a percepção que cada grupo ou indivíduo tem de si próprio. O quilombola que foi ou é alvo de preconceito ou que foi

discriminado não só pela cor da pele, mas também por seu local de origem, tenta se tornar um “igual” e a aceitar uma condição falsa dos outros sobre a construção do seu próprio eu, utilizando o argumento do agressor para sua transformação sobre si.

REFERÊNCIAS

- DELGADO, Lucilia de Almeida Nevez. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Rio de Janeiro: Vértice, 2004.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 2003.
- LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. São Paulo: EDUC, 1998.
- MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. **História Oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2014.
- MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- PINTO, Pimentel Júlio. **Uma memória do mundo**: ficção, memória e história em Jorge Luís Borges. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado** – História oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.